

Resenha bibliográfica 2

A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações

Ramos, Alberto Guerreiro. *A Nova Ciência das Organizações: Uma Reconceituação da Riqueza das Nações*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1981. 209 pp.

JORGE VIANNA MONTEIRO *

A leitura de *A Nova Ciência das Organizações* não é o que se poderia rotular de uma "leitura simples", em decorrência não apenas do estilo literário de seu autor (acrescido, eventualmente, de vícios de tradução), mas principalmente da erudição com que o Professor Ramos argumenta nas áreas de Sociologia e Ciência Política. Assim, a revisão de uma obra como essa seria aparentemente contra-indicada para um economista, uma vez que, ademais, a cultura do texto do autor no campo da Economia é bastante rarefeita e, afinal, o "movimento organizacional" ainda não contaminou tão extensivamente a seara profissional do economista. Todavia, há duas boas justificativas para um economista — como economista — ler com atenção e interesse profissional o citado texto: primeiro, como subtítulo o livro se propõe a ser *uma reconceituação da riqueza das nações*, o que, por certo, tocará os brios profissionais dos economistas; e, segundo, a profissão parece ainda não estar devidamente refeita do "choque" que representou a concessão do Prêmio Nobel de Economia de 1978 a Herbert Simon — um dos expoentes da

* Professor de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).

“Ciência das Organizações” e o grande crítico da teoria econômica pelos seus pressupostos organizacionais e de processo decisório. Desse modo, a contribuição do Professor Ramos merece ser lida e meditada pelos economistas, independentemente do sentido mais profundo que ela possa ter em outros campos das Ciências Sociais.

Esta revisão, ou resenha bibliográfica, portanto, não se ocupa desse sentido mais amplo do livro, e sim, mais especificamente, do elo que ele pretende estabelecer ou identificar entre os pressupostos organizacionais (*A Nova Ciência das Organizações*) e o desenho de sistemas econômicos (numa espécie de *reconceituação da riqueza das nações*).

Nessa ordem de idéias, uma primeira sensação que fica da leitura do texto sob revisão é que o seu título é um pouco enganador (no original em inglês haveria o subtítulo? A valer a informação da ficha catalográfica da edição da FGV, ele não constava da edição original). Esse seria um mero detalhe mercadológico? Certamente que não, pois um dos argumentos mais presentes nos reparos que o Professor Ramos faz à “ciência das organizações” decorreria de sua inseparabilidade da “ideologia de mercado”, com o que ela se deteria em questões puramente técnicas — o que, de hábito, tem sido uma acusação recorrente feita à Economia e aos economistas. Assim, nada mais elementar do que associar o mecanismo de mercado ao marco inicial da Economia — a obra de Adam Smith.

De certo modo, a teoria ou a “ciência das organizações” no texto em análise desempenha uma função de *straw man*, ou seja, nem todos reconheceriam na caracterização dada pelo autor a identidade da ciência ou teoria das organizações, o que é particularmente verdadeiro na perspectiva da Economia. À guisa de exemplo, tomemos uma das afirmações feitas no livro: “O modelo de análise e planejamento de sistemas sociais que ora predomina, nos campos... da Economia e da Ciência Social em geral, é unidimensional, porque reflete o moderno paradigma que, em grande parte, considera o mercado como a principal categoria para a ordenação dos negócios pessoais e sociais” (Cap. 7, p. 140). Essa é uma afirmação altamente qualificável, ou mesmo insustentável, à luz do desenvolvimento científico observado em alguns campos de indagação da Economia.

Com efeito, é no campo da teoria de sistemas econômicos que se pode observar, com maior ímpeto, a absorção de conceitos e resultados analíticos da ciência das organizações. As contribuições de autores como Koopmans, Montias, Neuberger e Kornai, entre outros, parecem sugerir justamente o contrário: a enorme limitação que a ênfase nos processos de mercado tem colocado para o desenvolvimento de uma teoria de sistemas econômicos. O novo paradigma da análise de sistemas econômicos é, por isso mesmo, incomparável em precisão conceitual e rigor analítico com a visão ortodoxa de sistemas (que, por exemplo, induz ao uso de tipologias surradas como “capitalismo” e “socialismo”, bem como a associações como capitalismo e mercado, socialismo e planejamento). Nesse novo paradigma, as atividades de controle na organização econômica (e o “governo” aparece nessas caracterizações como sendo essencialmente uma unidade de controle) desempenham um papel relevante. Assim, um sistema econômico, E , pode ser sumariamente caracterizado como:

$$E = E(O, G, S, \Psi, \emptyset)$$

em que O é o conjunto de organizações (“uma formação social composta de pessoas que se associam para desempenhar certas funções sócio-econômicas bem definidas”),¹ G é o conjunto de todos os produtos elaborados no sistema (esse é o lado dos processos reais, por oposição aos processos de controle no sistema), S é o conjunto de todos os tipos de informação existentes no sistema e Ψ e \emptyset são funções-resposta, respectivamente, da esfera real e da esfera de controle do sistema.

Pode-se, pois, notar que as habituais suposições do “paradigma de mercado” são suplantadas por essa concepção muito mais ampla e rica, em termos analíticos, do sistema econômico, e, incidentalmente, do próprio *design* de sistemas (o que se tem notabilizado nos estudos das reformas econômicas no Leste Europeu). Os trabalhos do próprio Kornai, anteriormente citado, e de outros autores como

¹ J. Kornai, *Anti-Equilibrium: On Economic Systems and the Tasks of Research* (Amsterdã: North-Holland, 1971), p. 140.

Marschak e Granick demonstram a utilidade prática desse paradigma organizacional dos sistemas econômicos.

Outro campo da teoria econômica que vem recebendo impactos vigorosos da “ciência das organizações” é o do estudo do *decision-making*, onde também o pensamento econômico estende-se muito além de seus domínios tradicionais de produção, consumo e distribuição de bens e serviços através do mercado. “A preocupação econômica, o interesse em escolhas ótimas, tem obviamente caracterizado artes práticas como a engenharia, planejamento militar, e medicina, desde seu início. Sob nomes como pesquisa operacional, análise de custo-eficiência, análise de sistema, programação matemática — nomes canhestros e casuais que sugerem sua origem na prática e não na filosofia — complexos problemas de decisão têm sido explicitados como tais. Ou seja, tanto as restrições de viabilidade (recursos limitados, conjunto de ações disponíveis), como os critérios de desejabilidade (ordenação de preferências, objetivos, valores), são estabelecidos, abrindo o caminho a uma solução sistemática de algum problema de maximização”.²

Esse campo está indelevelmente ligado ao nome de Jacob Marschak e à sua profunda especulação a respeito da teoria econômica da organização — o que parece um suficiente contra-exemplo para outra afirmação do Professor Ramos: “Tal como Keynes, hoje haverá algumas pessoas que preferam suspender a crítica à teoria organizacional corrente, porque, embora sendo pobre em sofisticação, ela funciona” (Cap. 1, p. 1). A leitura de *Economic Theory of Teams* poderá convencer a qualquer leitor do sentido apropriado da “sofisticação” e de como pode “funcionar” uma teoria!

Outra afirmação do autor que também consideramos muito qualificável é a que diz respeito à subestimação feita aos avanços da moderna economia institucional (ou, como preferem alguns, da “nova economia política”) na sua variante das escolhas coletivas. Diz o Professor Ramos: “. . . a escolha pessoal não tem a mesma conotação da palavra escolha no campo das ciências políticas atuais,

² J. Marschak e R. Radner, *Economic Theory of Teams* (New Haven: Yale University Press, 1972), p. 3.

especialmente aquela em que é usada pelos teóricos da *escolha pública* [que ele associa a nomes como Downs e Tullock], os quais seriam capazes de ver escolha pessoal onde, do ponto de vista do paradigma [ou seja, do paradigma que é proposto no Cap. 7 do livro], não há nenhuma. Reduzem o indivíduo, ou o cidadão, a um agente de maximização de utilidade, permanentemente ocupado em atividades de comércio. A escolha exercida por esse agente não envolve uma confrontação do mercado, mas pressupõe que o indivíduo neste se inclui completamente, tendo sua natureza definida pelas exigências do mercado. A teoria da escolha pública, da mesma forma que a teoria administrativa, é pregada em termos de um modelo humano unidimensional, que visualiza o espaço social como horizontal e plano: nele, onde quer que o homem vá nunca sai do mercado”³ (Cap. 7, p. 141, grifos nossos).

Tais afirmações devem ser examinadas em função de dois aspectos fundamentais:

a) Deve-se notar a questão de metodologia de análise que em Economia é caracteristicamente a do “individualismo metodológico” (Hayek), que vê o comportamento social a partir de modelos de comportamento de indivíduos. Por oposição, tem-se a “metodologia coletivista” (Hayek), que desenvolve hipóteses sobre o comportamento social a partir do papel desempenhado por tipos agregados especiais (como é comum na Sociologia). O campo da escolha coletiva é majoritariamente um campo da Economia não apenas pelo número de economistas que atua nessa área de especulação científica, mas especialmente por sua metodologia de análise e pelo farto uso que aí se faz do instrumental teórico de Economia.

³ Talvez uma tradução mais apropriada de *public choice* seja *escolha coletiva*, e não *escolha pública*, que grifamos na citação. Incidentalmente, é curioso notar a menção no texto em português aos “teóricos da escolha pública”. Segundo A. B. de Holanda Ferreira, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 1.378, *teorista* é a “pessoa que, embora conheça os princípios de uma ciência, não a pratica ou não sabe praticá-la”. Terá sido essa a intenção do Professor Ramos ao se referir a um movimento que congrega nomes como Buchanan, Tullock, Stubblebine, entre outros?

b) A teoria da escolha coletiva representa justamente uma tentativa — a nosso ver ainda incipiente — de “fechar a análise dos sistemas de interação social”.⁴ Buchanan, um expoente desse movimento, reforça ainda mais esse ponto de vista: “Nesse particular, ela [a teoria da escolha coletiva] pode ser comparada e contrastada com o habitual sistema ‘aberto’ analisado na teoria econômica tradicional. Além dos limites do comportamento de mercado, contudo, a análise é deixada em ‘aberto’. As ‘escolhas coletivas’ que definem as restrições sob as quais o comportamento do mercado ocorre são consideradas como ocorrendo externamente ou exogenamente, presumivelmente por outros que não aqueles que participam nas transações de mercado e cujo comportamento é sujeito ao exame da teoria”.⁵

Assim, parece que há uma consciência muito nítida quanto à separação do comportamento dos indivíduos que atuam no mercado e, por exemplo, no processo político. É óbvio que um mesmo indivíduo (ou cidadão) pode atuar em ambas as capacidades: no mercado ele é, digamos, um consumidor e no processo político um eleitor.

De qualquer modo, há diferentes dimensões pelas quais a escolha individual nos processos de mercado (*v.g.*, competição perfeita) e nos processos políticos (*v.g.*, em governo representativo) pode seguir caminhos bem diversos. Como esse aspecto parece ficar ignorado no texto do Professor Ramos, parece-nos instrutivo, por fim, resenhar algumas dessas dimensões.

a) Quanto à precisão do atendimento da escolha (ou o atributo da “sintonia fina”).

No mercado, o indivíduo (*v.g.*, um consumidor) é o agente da decisão ou escolha, tanto quanto é o beneficiário imediato dessa escolha. Esses dois sentidos da causação são virtualmente indissociados. No mecanismo político, a escolha individual (*v.g.*, de um eleitor) é encaminhada através de um “corretor” (o político) e o

⁴ J. Buchanan, “Toward Analysis of Closed Behavioral Systems”, in J. Buchanan e R. Tollison (eds.), *Theory of Public Choice: Political Applications of Economics* (Ann Arbor: Michigan University Press, 1972), p. 11.

⁵ *Ibid.*

processo de escolhas é essencialmente coletivo, isto é, à demanda de indivíduos somam-se as demandas dos demais indivíduos, e é nesse nível global que a demanda individual é atendida.

Em decorrência, o processo político não garante a precisão da escolha individual, pois a escolha coletiva pode fixar o atendimento em nível diferente do explicitado pela escolha individual. Esse atendimento é um “pacote” de bens e preços (os impostos) que está implícito na política pública.

Um corolário relevante dessa fraca sintonia diz respeito ao incentivo que, individualmente, um eleitor terá em encaminhar suas demandas, isto é, em participar de todo no processo político. Esse é um aspecto — a abstenção — muito discutido na literatura de governo representativo, ou seja, o indivíduo pode não-agir (decisão zero) e, não obstante, a escolha coletiva fixar o nível do atendimento das necessidades da coletividade (na qual se situa esse indivíduo). No mercado, por definição, não ocorre abstenção. Sendo precisa a escolha individual, se ela não se exerce, não há o atendimento da necessidade individual.

Outro corolário, mais de natureza metodológica, situa o problema da escolha via processo político na referência maior de uma teoria de escolhas envolvendo risco. Mesmo que o indivíduo conheça com precisão os resultados de cada ação coletiva, ele não pode ter certeza acerca da escolha coletiva que se estabelecerá.

b) Quanto à divisibilidade dos recursos individuais.

No mercado os recursos financeiros ou orçamentários que apóiam a escolha são divisíveis e não-vinculados, ao passo que no processo político o voto individual não é possível de ser fragmentado, vinculando-se desse modo a uma e única escolha (*v.g.*, um partido, um candidato, uma política).

Como corolários relevantes têm-se:

i) o atributo da composição: no mercado o indivíduo, ao se defrontar com as alternativas *A* e *B*, pode compor sua escolha no sentido de obter parcialmente *A* e parcialmente *B*, isto é, combinar alternativas (*v.g.*, cestas de mercadorias), enquanto no processo político essas alternativas — de fato, as políticas públicas, *P* (*A*) e

$P(B)$ — são mutuamente exclusivas do ponto de vista da escolha individual; e

ii) o atributo da padronização: o processo político reduziria a possibilidade de atender tão diversificadamente quanto o mercado as escolhas (ou as necessidades) individuais.

c) Quanto à tecnologia das opções disponíveis.

No mercado o indivíduo atua frente a uma organização preestabelecida que lhe propõe alternativas concretas, já disponíveis. Diferentemente, como o indivíduo faz suas escolhas no processo político entre alternativas virtuais ou potenciais, o seu voto numa eleição é vinculado a uma política pública que poderá não vir a se materializar ou cujo conteúdo será dado pelas preferências da coalizão majoritária.

Isso não implica dizer que a decisão do eleitor (o voto) baseia-se apenas em conjecturas e não incorpora evidências factuais. A visão analítica comumente adotada na literatura econômica vincula essa decisão a dois parâmetros: os ganhos individuais (em termos de utilidade) decorrentes das políticas adotadas correntemente (pelo partido no governo); e os ganhos individuais que decorreriam das políticas adotadas caso outro (s) estivesse (m) no governo.

d) Quanto à coerção dos resultados da escolha.

Em parte relacionado ao atributo da precisão do atendimento das escolhas, observa-se que no mercado a escolha de um indivíduo acarreta resultados para esse indivíduo, independentemente das escolhas dos demais indivíduos. Já no processo político, a escolha individual submete-se ao atendimento da coalizão majoritária, isto é, o indivíduo pode ter que aceitar um resultado (*v.g.*, uma política pública) contrário às suas preferências. Esse é o atributo da coerção no processo político, cuja antecipação pode mesmo incentivar o indivíduo a atuar. Assim, Breton⁶ propõe que a racionalidade do indivíduo em participar do processo político envolve:

⁶ A. Breton, *The Economic Theory of Representative Government* (Chicago: Aldine, 1974).

i) subjetivamente, cada indivíduo define um limite $L > 0$ de coerção até o qual ele não se sente incentivado a reagir, isto é, a “reclamar”, no sentido de Hirschman, e, por outro lado, cada política pública deixa transparecer para cada indivíduo um grau l de coerção; e

ii) assim, o j -ésimo indivíduo adota o seguinte critério de decisão para a sua participação política: se $l_j > 0$ e $l_j > L_j$ ocorre a participação política, e, se $l_j = 0$ ou $l_j \leq L_j$, não ocorre a participação política.

e) Quanto à solução do desequilíbrio.

No mercado, o indivíduo (*v.g.*, o consumidor) empreende diretamente ações (*v.g.*, compra e venda), de modo a converter uma posição de desequilíbrio em uma situação de equilíbrio. Já no processo político, a posição de desequilíbrio, do ponto de vista individual, só pode ser transformada através da ação coletiva, como pela influência que se exerce sobre o político.

A teoria da escolha coletiva tem, portanto, contribuído para a análise das aplicações políticas da Economia — outra vez, um campo em que as opções não envolvem necessariamente os processos de mercado.

Ao relegar a um plano secundário, ou mesmo não considerar, as vertentes analíticas mencionadas ao longo desta resenha, o livro do Professor Ramos acaba por se tornar pouco representativo do estado das artes no campo do *design* organizacional e das reformas econômicas. A leitura dos capítulos finais do livro — como o Cap. 7 (“Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais: Apresentação de um Paradigma”) e, especialmente, o Cap. 9 (“Paraeconomia: Paradigma e Modelo Multicêntrico de Alocação”) — por certo é muito interessante, mas pouco acrescenta ao que alguns dos economistas citados nesta resenha já estabeleceram em suas análises, delineando ao leitor apenas os propósitos de um “paradigma paraeconômico”, ou seja, “análise e planejamento de sistemas sociais em que as economias são consideradas apenas como parte do conjunto da tessitura social” (Cap. 9, p. 177), ou da reestruturação de uma sociedade (ou de uma economia), como um empreendimento intencional, que en-

volve "o planejamento e implementação de um novo tipo de Estado, com o poder de formular e pôr em prática diretrizes distributivas de apoio não apenas de objetivos orientados para o mercado, mas também de cenários sociais adequados à atualização pessoal, a relacionamentos de convivência e a atividades comunitárias de cidadãos" (Cap. 7, p. 155).

Um exemplo recente desse nível de análise não contemplado no livro do Professor Ramos é a discussão das conseqüências da reforma econômica na Hungria (iniciada em 1968) por um de seus mentores e extraordinário pesquisador do *design* de sistemas sócio-econômicos.⁷

Esta revisão bibliográfica, em suma, pretende apenas acrescentar evidências do impacto analítico que a "ciência das organizações" tem tido, nos últimos 20 anos, no campo da Economia. Com isso, algumas afirmações do livro do Professor Ramos tornam-se bastante qualificáveis. Todavia, o sentido mais genuíno de tais reparos não pretende diminuir seja a atualidade da incursão de um cientista social brasileiro num campo de indagação tão negligenciado entre nós (sobretudo pelos economistas brasileiros), seja a validade do nível analítico em que ele constrói o seu modelo "paraeconômico".

⁷ J. Kornai, "The Dilemmas of a Socialist Economy: The Hungarian Experience", in *Cambridge Journal of Economics*, n.º 4 (1980), pp. 147-157.

PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO

Índice do Volume 11, 1981

ARTIGOS E RESENHAS (por ordem de paginação)

Os países de industrialização recente em vias de desenvolvimento após a crise do petróleo	<i>Bela Balassa</i>	1
A recuperação econômica e a desconcentração de mercado da indústria têxtil paulista durante a Grande Depressão: 1928/37	<i>José Roberto Mendonça de Barros e Douglas H. Graham</i>	79
Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki	<i>Mario Luiz Possas e Paulo E. A. Baltar</i>	107
Trabalho heterogêneo e exploração	<i>Witold Teplitz-Sembitzky</i>	161
Capital, concorrência e emprego da técnica	<i>Ricardo Tolipan</i>	183
O sistema tributário de 1967: adequado ao Brasil de 80?	<i>Ricardo Varsano</i>	203
Controvérsias sobre o ICM no comércio interestadual: uma resenha	<i>Carlos A. Longo</i>	229
A economia das operações de terminais ferroviários: o caso de Paranaguá	<i>Charles L. Wright, Richard L. Meyer e Francis E. Walker</i>	251
Uma teoria de lucros, de Adrian Wood (Resenha)	<i>Eduardo Augusto de Almeida Guimarães</i>	267

The megacorp and oligopoly: micro foundations of macro dynamics, de Alfred S. Eichner (Resenha)	<i>Mario Ferreira Presser</i>	275
A dívida externa latino-americana: um caso de desenvolvimento com incerteza	<i>Albert Fishlow</i>	283
A abertura financeira externa: o caso argentino	<i>Roberto Frenkel</i>	323
Estado, ideologia e políticas econômicas no Chile: 1973/78	<i>Tomas Moulian e Pilar Vergara</i>	383
A transição para o capitalismo: uma análise teórica do aparecimento de trabalho assalariado	<i>José Marcio Camargo</i>	443
Diversificação das empresas industriais no Brasil: 1974	<i>Lilian Maria Miller</i>	469
A distribuição da renda real no contexto urbano: o caso da cidade do Rio de Janeiro	<i>Alfredo Behrens</i>	499
The multinational corporation: a radical approach, de Stephen Herbert Hymer (Resenha)	<i>Mario Ferreira Presser</i>	537
Entropy: a new world view, de Jeremy Rifkin (Resenha)	<i>Annibal Villela e Clóvis Cavalcanti</i>	553
Abastecimento urbano e inflação	<i>João Sayad</i>	563
Sobre as causas da recente aceleração inflacionária	<i>André Lara Resende e Francisco C. Lopes</i>	599
Uma equação para a demanda de moeda no Brasil	<i>Eliana A. Cardoso</i>	617
Preços, <i>mark up</i> e distribuição funcional da renda na indústria de transformação: dinâmica de longo e de curto prazo — 1959/80	<i>Claudio Monteiro Considera</i>	637

Crescimento econômico, padrão de consumo e distribuição da renda no Brasil: uma abordagem multissetorial para o período 1970/75	<i>Regis Bonelli e Paulo Vieira da Cunha</i>	703
Pobreza e concentração da renda no Brasil	<i>Constantino Lluch</i>	757
Aspectos distributivos do esquema de subsídios fiscais à exportação de manufaturados	<i>Helson C. Braga</i>	783
A nova política salarial, distribuição de rendas e inflação: um comentário	<i>Lívio de Carvalho</i>	803
A nova política salarial, distribuição de rendas e inflação: uma réplica	<i>José Marcio Camargo</i>	819
As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo, de Albert O. Hirshman (Resenha)	<i>Maria Valéria Junho Pena e Ricardo Tolipan</i>	831
A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações (Resenha)	<i>Jorge Vianna Monteiro</i>	837

AUTORES (por ordem alfabética)

<i>BALASSA, Bela</i> . Os países de industrialização recente em vias de desenvolvimento após a crise do petróleo	I
<i>BALTAR, Paulo E. A.</i> Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki	107
<i>BARROS, José Roberto Mendonça de</i> . Ver <i>BARROS, José Roberto M. de</i> .	
<i>BARROS, José Roberto M. de</i> . A recuperação econômica e a desconcentração de mercado da indústria têxtil paulista durante a Grande Depressão: 1928/37	79

<i>BEHRENS, Alfredo.</i> A distribuição da renda real no contexto urbano: o caso da cidade do Rio de Janeiro	499
<i>BONELLI, Regis.</i> Crescimento econômico, padrão de consumo e distribuição da renda no Brasil: uma abordagem multissetorial para o período 1970/75	703
<i>BRAGA, Helson C.</i> Aspectos distributivos do esquema de subsídios fiscais à exportação de manufaturados	783
<i>CAMARGO, José Marcio.</i> A transição para o capitalismo: uma análise teórica do aparecimento de trabalho assalariado	443
<i>CAMARGO, José Marcio.</i> A nova política salarial, distribuição de rendas e inflação: uma réplica	819
<i>CARDOSO, Eliana A.</i> Uma equação para a demanda de moeda no Brasil	617
<i>CARVALHO, Lívio de.</i> A nova política salarial, distribuição de rendas e inflação: um comentário	803
<i>CAVALCANTI, Clóvis</i>	553
<i>CONSIDERA, Claudio Monteiro.</i> Preços, <i>mark up</i> e distribuição funcional da renda na indústria de transformação: dinâmica de longo e de curto prazo – 1959/80	637
<i>EICHNER, Alfred S.</i> The megacorp and oligopoly: micro foundations of macro dynamics (Resenha)	275
<i>FISHLOW, Albert.</i> A dívida externa latino-americana: um caso de desenvolvimento com incerteza	283
<i>FRENKEL, Roberto.</i> A abertura financeira externa: o caso argentino	323
<i>GRAHAM, Douglas H.</i> A recuperação econômica e a desconcentração de mercado da indústria têxtil paulista durante a Grande Depressão: 1928/37	79
<i>GUIMARÃES, Eduardo Augusto de Almeida.</i> Ver <i>GUIMARÃES, Eduardo Augusto.</i>	

<i>GUIMARÃES, Eduardo Augusto</i>	267
<i>HIRSHMAN, Albert O.</i> As paixões e os interesses: argu- mentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo (Resenha)	831
<i>HYMER, Stephen Herbert.</i> The multinational corporation: a radical approach (Resenha)	537
<i>LARA RESENDE, André.</i> Sobre as causas da recente acele- ração inflacionária	599
<i>LLUCH, Constantino.</i> Pobreza e concentração da renda no Brasil	757
<i>LONGO, Carlos A.</i> Controvérsias sobre o ICM no comércio interestadual: uma resenha	229
<i>LOPES, Francisco C.</i> Sobre as causas da recente aceleração inflacionária	599
<i>MEYER, Richard L.</i> A economia das operações de terminais ferroviários: o caso de Paranaguá	251
<i>MILLER, Lilian Maria.</i> Diversificação das empresas indus- triais no Brasil: 1974	469
<i>MONTEIRO, Jorge Vianna</i>	837
<i>MOULIAN, Tomas.</i> Estado, ideologia e políticas econômicas no Chile: 1973/78	383
<i>PENA, Maria Valéria Junho</i>	831
<i>POSSAS, Mario Luiz.</i> Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki	107
<i>PRESSER, Mario Ferreira</i>	275
<i>PRESSER, Mario Ferreira</i>	537
<i>RAMOS, Alberto Guerreiro.</i> A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza nas nações (Resenha)	837
<i>RIFKIN, Jeremy.</i> Entropy: a new world view (Resenha)	553
<i>SAYAD, João.</i> Abastecimento urbano e inflação	563

<i>TEPLITZ-SEMBITZKY, Witold.</i> Trabalho heterogêneo e exploração	161
<i>TOLIPAN, Ricardo.</i> Capital, concorrência e emprego da técnica	183
<i>TOLIPAN, Ricardo</i>	831
<i>VARSAÑO, Ricardo.</i> O sistema tributário de 1967: adequado ao Brasil de 80?	203
<i>VERGARA, Pilar.</i> Estado, ideologia e políticas econômicas no Chile: 1973/78	383
<i>VIEIRA DA CUNHA, Paulo.</i> Crescimento econômico, padrão de consumo e distribuição da renda no Brasil: uma abordagem multissetorial para o período 1970/75	703
<i>VILLELA, Annibal.</i> Ver <i>VILLELA, Annibal V.</i>	
<i>VILLELA, Annibal V.</i>	553
<i>WALKER, Francis E.</i> A economia das operações de terminais ferroviários: o caso de Paranaguá	251
<i>WOOD, Adrian.</i> Uma teoria de lucros (Resenha)	267
<i>WRIGHT, Charles L.</i> A economia das operações de terminais ferroviários: o caso de Paranaguá	251

Pesquisa e planejamento econômico. v. 1 —

n. 1 — jun. 1971 — Rio de Janeiro,
Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1971 —

v. — quadrimestral

Título anterior: Pesquisa e Planejamento v. 1, n. 1 e 2, 1971.
Periodicidade anterior. Semestral de 1971-1975.

1. Economia — Pesquisa — Periódicos. 2. Planejamento
Econômico — Brasil. I. Brasil. Instituto de Planejamento Eco-
nômico e Social.



CDD 330.05
CDU 33(81) (05)

Errata da PPE, vol. 11, n.º 1 (abril de 1981)

A tradução do artigo de C. L. Wright, R. L. Meyer e F. E. Walker, "A Economia das Operações de Terminais Ferroviários: O Caso de Paranaguá", submetido à PPE em uma versão em inglês, não foi revista pelos autores.

Em relação a este artigo, cabe anotar os seguintes erros de impressão ou inadequações da tradução:

- p. 254, última linha: onde se lê "custos de transporte", leia-se "custos correspondentes aos investimentos".
- p. 255, 31.^a/32.^a linhas: onde se lê "(números que correspondem aproximadamente aos registrados no Paraná)", leia-se "(este último número corresponde aproximadamente ao registrado no Paraná)".
- p. 261, 9.^a linha: onde se lê " L_{di} ", leia-se " \bar{L}_{di} ".
- p. 261, 16.^a linha: onde se lê "A compressão da soja", leia-se "O processamento da soja".
- p. 261, nota 6, 6.^a/7.^a linhas: onde se lê "'com defeito' (out-of-kilter)", leia-se "out-of-kilter".
- p. 262, 16.^a linha: onde se lê " $C_{ij} = C_{ij} - (P_j - P_i)$ ", leia-se " $\bar{C}_{ij} = C_{ij} - (P_j - P_i)$ ".
- p. 265, 19.^a/20.^a linhas: onde se lê "ferrovias que cobrem distâncias curtas", leia-se "expedições de curta distância".
- pp. 259-264: onde se lê "nódulo(s)", leia-se "nó(s)".